

POLÍTICA CULTURAL

Sim, senhor ministro Carrilho

Estava anunciado o balanço do mandato, mas a sessão transformou-se numa demonstração de apoio ao ministro da Cultura. As vozes críticas não apareceram e Carrilho afirmou-se satisfeito

MARIA JOÃO CAETANO

«Se estamos aqui é porque temos algum respeito pela política cultural deste ministério. Não vale a pena estarmos sempre a dizê-lo, só a nossa presença já quer dizer tudo.» A afirmação de Paulo Branco, ontem à tarde, no Centro Cultural de Belém, quando tinha já decorrido cerca de uma hora da sessão de balanço do mandato do Ministério da Cultura, dizia quase tudo sobre este acontecimento, mas o conselho não foi seguido. Antes e depois de Paulo Branco as cerca de duas centenas de personalidades convidadas continuaram a levantar-se para, de

Houve demonstrações de apoio à política e ao ministro. «Não me vou despedir de si», disse João Lourenço

uma forma ou de outra, demonstrar o seu apoio à política do Ministério da Cultura ou, mais concretamente, à figura de Manuel Maria Carrilho.

Críticas ouviram-se poucas, sugestões fizeram-se algumas, mas elogios houve em abundância. Os convidados (duas centenas entre presidentes de câmara, funcionários e responsáveis do Ministério da Cultura e agentes culturais são, diga-se em abono da verdade, uma gota de água no oceano) sabiam ao que vinham e o balanço foi substituído por uma «demonstração de força», onde se ouviu de tudo, desde o «gosto muito do si, senhor ministro» de Francisco Capelo ao «não me vou despedir de si» de João Lourenço. Na sala sentaram-se personalidades tão diversas como



INOVAR. Manuel Maria Carrilho apola a criação e quer «ter a coragem de defender o investimento no efêmero»

Catarina Furtado e Eduardo Prado Coelho, José Pedro Gomes e António Pinho Vargas, Maria João Seixas, Paulo Matos, Rita Blanco, Mário Dorminski, Luís Miguel Cintra, Catarina Portas e Margarida Gil.

Os objectivos políticos foram cumpridos, passemos então ao balanço.

O do ministro é claramente positivo, antes de mais, porque se está a fazer o balanço da actividade de um ministério, criado em 1995, e não de um «departamento de Estado». O que, na sua óptica, representa um «triplo corte em relação ao passado»: no que toca à concepção de cultura, à «esquizofrenia da política cultural, que geralmente é a primeira em prestí-

gio e a última em financiamento» e na posição «marginal» que antes ocupava na estratégia política do Governo (simbolizada no facto de, por exemplo, na área cultural não se falar em investimento ou financiamento mas sim em subsídio).

Foz Côa e o Museu de Arte Contemporânea de Serralves foram eleitos, quer pelo ministro quer pelos seus convidados, como emblemas da política cultural dos últimos quatro anos. E provam, diz Carrilho, que «os critérios economicistas não devem regular a área cultural».

Assim, o ministro quis ainda frisar que a criação de um Ministério da Cultura significa uma maior responsabilização do Esta-

do nesta área, com uma posição intervencionista que deve ser ao mesmo tempo prudente («apoiar sem condicionar, «estimular sem orientar») e abrangente (na área do património, equipamentos e estímulo à criação). Carrilho quer «ter a coragem de defender o investimento no efêmero», pois é aqui que se define «a identidade» de uma cultura.

E porque não esquece a sua formação de filósofo, Manuel Maria Carrilho lembrou Kierkegaard e citou-o: «É preciso distinguir os ideais das ilusões.» Prometeu continuar «a inovar, a ir para a frente com ousadia». Um balanço que foi o primeiro acto de campanha de um ministro que diz ter atingido a «maioridade política».